

MAURICIO ANTONIO RIBEIRO LOPES

DIREITO PENAL,
ESTADO E CONSTITUIÇÃO

*Princípios constitucionais politicamente
conformadores do Direito Penal*

IBCCrim

1997

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lopes, Mauricio Antonio Ribeiro

Direito penal, estado e constituição princípios constitucionais politicamente conformadores do direito penal / Mauricio Antonio Ribeiro Lopes. — São Paulo : IBCCrim, 1997.

1. Direito constitucional 2. Direito penal 3. Direito penal — Brasil 4. O Estado I. Título.

97-3853

CDU-343:342

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito penal e direito constitucional 343.342
2. Direito penal e Estado 343.342

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	15
1. CONSTITUIÇÃO COMO ESTATUTO JURÍDICO E POLÍTICO DO ESTADO E O SISTEMA CONFORMADOR DO DIREITO PENAL	
1.1 A Constituição como estatuto jurídico e político do Estado	23
1.2 Direito Penal e sistema penal	26
1.3 O Iluminismo como movimento inspirador do Direito Penal contemporâneo	28
1.4 Considerações fundamentais sobre o constitucionalismo — a base da positividade jurídica e a publicização da reação penal	36
1.5 A Constituição em sentido material e construção racional do modelo penal	41
2. CONSTANTES CONSTITUCIONAIS E DETERMINAÇÃO DO NÚCLEO RÍGIDO DO SISTEMA PENAL	
2.1 As constantes constitucionais. Conceito e classificação	50
2.2 Constantes constitucionais de núcleo rígido e o sistema penal	56
2.2.1 <i>O princípio da legalidade</i>	56
2.2.2 <i>O princípio da taxatividade</i>	59
2.2.3 <i>Os princípios da insignificância, da proporcionalidade e outros</i>	64

3. CATEGORIAS CONSTITUCIONAIS E DIREITO PENAL

3.1 Introdução	70
3.2 Categorias constitucionais	71
3.3 Normas e princípios constitucionais	74
3.4 Princípios constitucionais	77
3.4.1 <i>Princípios jurídicos fundamentais</i>	84
3.4.2 <i>Princípios políticos constitucionalmente conformadores</i> ..	86
3.5 Normas constitucionais	88
3.6 Direitos fundamentais	90
3.7 Garantias individuais	92
3.8 Remédios constitucionais	94
3.9 Relações entre as categorias constitucionais e Direito Penal .	95

4. RELAÇÕES ENTRE O DIREITO PENAL E O DIREITO CONSTITUCIONAL

4.1 Introdução	99
4.2 Antecedentes históricos	101
4.3 O devido processo legal e o Direito Penal	106
4.4 As declarações modernas	109
4.5 As múltiplas relações entre o Direito Penal e o Direito Consti- tucional	112
4.5.1 <i>A constituição como fonte</i>	114
4.5.2 <i>A constituição como redutor</i>	115
4.5.3 <i>A constituição como filtro</i>	116
4.5.4 <i>A constituição como fator de evolução</i>	117
4.5.5 <i>A correlação entre a reforma constitucional e a reforma penal</i>	118
4.6 Natureza das normas constitucionais em matéria penal	121
4.6.1 <i>Classificação proposta por Nuvolone</i>	122
4.6.2 <i>Classificação das normas constitucionais quanto à con- seqüência</i>	122
4.6.3 <i>Classificação proposta por Palazzo</i>	124

SUMÁRIO

13

4.6.4 <i>Classificação segundo a divisão tricotômica de José Afonso da Silva</i>	125
4.6.5 <i>Classificação segundo o conteúdo</i>	127
4.6.6 <i>Classificação segundo o destinatário</i>	129

5. RELAÇÕES ENTRE O DIREITO PENAL E A POLÍTICA

5.1 Introdução	130
5.2 Direito Penal e ideologia	132
5.3 Direito Penal e política	138
5.4 Direito Penal e política criminal	142
5.5 Limitações das influências políticas no Direito Penal	146
5.6 Direito Penal e orientações políticas	148
5.6.1 <i>O Direito Penal e o liberalismo</i>	149
5.6.2 <i>O Direito Penal na órbita jurídica da common law</i> ...	151
5.6.3 <i>O Direito Penal e o socialismo</i>	154
5.6.4 <i>O totalitarismo penal</i>	155
5.6.5 <i>O Direito Penal e a democracia</i>	156
5.6.6 <i>Estado de Direito, Estado Social e Direito Penal</i>	161

6. PRINCÍPIOS DEFINIDORES DA FORMA DE ESTADO E O DIREITO PENAL

6.1 Introdução	163
6.2 Sentido material de forma de Estado	165
6.3 Princípios definidores da forma de Estado e sua relação com o Direito Penal	167
6.3.1 <i>Princípio da soberania</i>	168
6.3.2 <i>Princípio da dignidade da pessoa humana</i>	183
6.3.3 <i>Princípio do pluralismo político</i>	197
6.3.4 <i>Princípios construtivos do modelo social</i>	198

7. PRINCÍPIOS DEFINIDORES DA ESTRUTURA DO ESTADO

7.1 Noção de estrutura do Estado	201
7.2 Princípio federativo	202

8. PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO REGIME POLÍTICO

8.1 Noção de regime político	205
8.2 Princípios democráticos	206
8.2.1 <i>O papel dos poderes no Estado democrático</i>	208
8.2.2 <i>Princípio da maioria</i>	211
8.2.3 <i>Princípio da liberdade</i>	214
8.2.4 <i>Princípio da igualdade</i>	215
8.2.5 <i>Princípio da publicidade</i>	217
8.2.6 <i>Princípios atinentes ao processo legislativo</i>	218

9. PRINCÍPIOS CARACTERIZADORES DA FORMA DE GOVERNO

9.1 Noção de forma de governo	221
9.2 Monarquia, República e Direito Penal	222
9.3 Princípio da separação de poderes	223
BIBLIOGRAFIA	227